

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	57
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	61
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	961.024
Preferenciais	0
Total	961.024
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	748.305	733.176	630.305
1.01	Ativo Circulante	378.550	415.292	360.036
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.076	94.678	59.119
1.01.02	Aplicações Financeiras	610	7.047	8.968
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	610	7.047	8.968
1.01.03	Contas a Receber	151.161	145.286	178.461
1.01.03.01	Clientes	151.161	145.286	178.461
1.01.04	Estoques	198.937	153.157	104.975
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.586	5.357	4.909
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.586	5.357	4.909
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.180	9.767	3.604
1.01.08.03	Outros	11.180	9.767	3.604
1.01.08.03.01	Outos Ativos	11.180	9.767	2.281
1.01.08.03.02	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	0	1.323
1.02	Ativo Não Circulante	369.755	317.884	270.269
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	30.744	24.761	25.769
1.02.01.07	Tributos Diferidos	6.265	0	3.553
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.265	0	3.553
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	24.479	24.761	22.216
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	19.585	19.515	19.450
1.02.01.10.04	Outros	4.894	5.246	2.766
1.02.03	Imobilizado	329.196	284.032	235.218
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	293.281	201.056	139.046
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	35.915	82.976	96.172
1.02.04	Intangível	9.815	9.091	9.282
1.02.04.01	Intangíveis	9.815	9.091	9.282
1.02.04.01.02	Ativos Intangíveis	9.815	9.091	9.282

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	748.305	733.176	630.305
2.01	Passivo Circulante	221.526	273.765	195.108
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	43.747	30.430	25.563
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.709	4.606	4.253
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	38.038	25.824	21.310
2.01.02	Fornecedores	123.521	108.750	83.047
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	122.246	107.716	81.980
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.275	1.034	1.067
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.406	16.604	16.171
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.125	11.665	12.090
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.305	5.804	6.244
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições Previdenciárias Parcelados	4.802	4.551	4.483
2.01.03.01.03	Outras Obrigações Federais	1.018	1.310	1.363
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.188	4.830	3.987
2.01.03.02.01	Impostos Estaduais a Pagar	2.707	4.655	3.821
2.01.03.02.02	Impostos e Contribuições Previdenciárias Parcelados	481	175	166
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	93	109	94
2.01.03.03.01	Impostos Municipais a Pagar	93	109	94
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.532	98.107	46.765
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	17.532	96.655	46.027
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	17.532	96.655	46.027
2.01.04.02	Debêntures	0	1.452	738
2.01.05	Outras Obrigações	24.320	19.874	23.562
2.01.05.02	Outros	24.320	19.874	23.562
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.506	9.945	14.449
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	7.796	9.929	9.102
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.018	0	11
2.02	Passivo Não Circulante	305.330	219.589	249.002

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	301.088	207.489	235.779
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	301.088	83.510	118.143
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	301.088	83.510	118.143
2.02.01.02	Debêntures	0	123.979	117.636
2.02.02	Outras Obrigações	588	5.479	9.634
2.02.02.02	Outros	588	5.479	9.634
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições previdenciárias parcelados	588	5.139	9.634
2.02.02.02.04	Outros passivos	0	340	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	706	0
2.02.04	Provisões	1.787	3.408	3.589
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.787	3.408	3.589
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	195	831	694
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.165	2.095	2.419
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	427	482	476
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	1.867	2.507	0
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	1.867	2.507	0
2.02.06.02.01	Receitas Antecipadas a Apropriar	1.867	2.507	0
2.03	Patrimônio Líquido	221.449	239.822	186.195
2.03.01	Capital Social Realizado	111.000	90.000	29.571
2.03.02	Reservas de Capital	0	0	65
2.03.02.07	Reserva de Capital	0	0	65
2.03.04	Reservas de Lucros	94.043	123.570	131.632
2.03.04.01	Reserva Legal	9.881	6.610	3.042
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	73.347	110.971	88.683
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	10.815	5.989	39.907
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.270	26.252	24.927
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-2.864	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.191.428	940.667	732.828
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-755.199	-602.601	-440.872
3.03	Resultado Bruto	436.229	338.066	291.956
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-296.407	-226.022	-203.436
3.04.01	Despesas com Vendas	-228.979	-169.682	-147.045
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-72.531	-55.408	-47.573
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.103	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-932	-8.818
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	139.822	112.044	88.520
3.06	Resultado Financeiro	-52.656	-12.238	-3.525
3.06.01	Receitas Financeiras	88.230	23.695	33.610
3.06.02	Despesas Financeiras	-140.886	-35.933	-37.135
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	87.166	99.806	84.995
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.740	-28.449	-24.158
3.08.01	Corrente	-28.711	-24.190	-24.372
3.08.02	Diferido	6.971	-4.259	214
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	65.426	71.357	60.837
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	65.426	71.357	60.837
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	67,8	71,36	60,84

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	65.426	71.357	60.837
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.864	0	0
4.02.01	Ganho (perda) em operações de hedge de fluxo de caixa	-4.339	0	0
4.02.02	Efeitos tributários sobre o ganho (perda) em operações de hedge de fluxo de caixa	1.475	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	62.562	71.357	60.837

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	41.616	110.062	80.027
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	161.740	143.751	124.579
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	65.426	71.357	60.837
6.01.01.02	Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	21.740	28.449	24.158
6.01.01.03	Depreciação e amortização	25.699	19.834	18.075
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado e intangível	663	5.936	1.582
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.204	-2.336	141
6.01.01.06	Provisão para acordos comerciais	-2.555	2.386	-1.677
6.01.01.07	Provisão para perdas nos estoques	598	317	-200
6.01.01.08	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-72	446	1.050
6.01.01.09	Provisão para participação nos resultados	9.476	1.128	48
6.01.01.10	Provisão inventário imobilizado	-934	-5.144	6.078
6.01.01.11	Juros e atualização monetária - impostos parcelados	670	414	414
6.01.01.12	Juros e atualização monetária - partes relacionadas	0	-4	4.516
6.01.01.13	Juros, atualização monetária e cambial - empréstimos e financiamentos e debêntures	36.146	20.979	9.557
6.01.01.14	Instrumentos financeiros derivativos	679	-11	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-47.173	3.923	-25.744
6.01.02.01	Aplicações financeiras	6.437	1.921	-6.899
6.01.02.02	Contas a receber de clientes	-7.524	33.125	-55.880
6.01.02.03	Estoques	-46.378	-48.499	-23.751
6.01.02.04	Impostos e contribuições a recuperar	59	-1.633	59.871
6.01.02.05	Outras contas a receber, depósitos judiciais e despesas antecipadas	-1.506	-7.659	1.174
6.01.02.06	Fornecedores	9.733	20.761	20.234
6.01.02.07	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-1.641	-779	-1.501
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	3.841	3.739	31
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-7.079	-727	-21.769
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-3.115	3.674	2.746
6.01.03	Outros	-72.951	-37.612	-18.808

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.03.01	Depósitos judiciais pagos	-257	-571	-1.082
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-27.220	-23.890	-8.012
6.01.03.03	Juros sobre impostos parcelados pagos	-1.377	-1.086	-989
6.01.03.04	Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	-38.688	-12.065	-8.725
6.01.03.05	Custos de emissão de empréstimos e financiamentos pagos	-5.409	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-66.840	-63.443	-84.824
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-66.840	-64.770	-84.824
6.02.02	Contas a receber partes relacionadas	0	1.327	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-59.378	-11.060	-3.034
6.03.01	Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	-249.432	-56.986	-65.963
6.03.02	Captação de novos empréstimos e financiamentos	386.936	71.124	112.200
6.03.03	Pagamento de impostos parcelados	-3.853	-3.746	-3.781
6.03.04	Pagamento de dividendos	-31.500	-21.452	-45.490
6.03.05	Pagamentos de debêntures	-116.529	0	0
6.03.06	Recompra de ações	-45.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-84.602	35.559	-7.831
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	94.678	59.119	66.950
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.076	94.678	59.119

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	90.000	0	149.822	0	0	239.822
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	90.000	0	149.822	0	0	239.822
5.04	Transações de Capital com os Sócios	21.000	0	-73.555	-26.905	0	-79.460
5.04.01	Aumentos de Capital	21.000	0	-21.000	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-45.000	0	0	0	-45.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-7.555	-14.000	0	-21.555
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.905	0	-12.905
5.04.08	Cancelamento de ações em tesouraria	0	45.000	-45.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	63.951	-2.864	61.087
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	65.426	0	65.426
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.475	-2.864	-4.339
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-1.475	-2.864	-4.339
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	37.046	-37.046	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	37.046	-37.046	0	0
5.07	Saldos Finais	111.000	0	113.313	0	-2.864	221.449

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	29.571	65	156.559	0	0	186.195
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	29.571	65	156.559	0	0	186.195
5.04	Transações de Capital com os Sócios	60.429	-65	-67.366	-10.728	0	-17.730
5.04.01	Aumentos de Capital	60.429	-65	-60.364	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-7.002	-3.221	0	-10.223
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-7.507	0	-7.507
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	71.357	0	71.357
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	71.357	0	71.357
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	60.629	-60.629	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	60.629	-60.629	0	0
5.07	SalDOS Finais	90.000	0	149.822	0	0	239.822

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	29.571	65	110.171	0	0	139.807
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	29.571	65	110.171	0	0	139.807
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-14.449	0	-14.449
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-14.449	0	-14.449
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	60.837	0	60.837
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	60.837	0	60.837
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	46.388	-46.388	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	46.388	-46.388	0	0
5.07	SalDOS Finais	29.571	65	156.559	0	0	186.195

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	1.526.575	1.218.004	955.417
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.520.185	1.215.821	954.258
7.01.02	Outras Receitas	7.503	36	-181
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	3.403	3.699	1.816
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-4.516	-1.552	-476
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-977.814	-767.973	-567.795
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-734.179	-594.841	-415.162
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-245.953	-174.060	-147.087
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	246	578	-5.991
7.02.04	Outros	2.072	350	445
7.03	Valor Adicionado Bruto	548.761	450.031	387.622
7.04	Retenções	-25.699	-19.834	-18.075
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.699	-19.834	-18.075
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	523.062	430.197	369.547
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	88.230	7.989	33.610
7.06.02	Receitas Financeiras	88.230	7.989	33.610
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	611.292	438.186	403.157
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	611.292	438.186	403.157
7.08.01	Pessoal	194.210	155.368	132.172
7.08.01.01	Remuneração Direta	160.268	128.098	110.113
7.08.01.02	Benefícios	24.159	19.437	15.394
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.783	7.833	6.665
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	205.376	185.459	168.888
7.08.02.01	Federais	121.179	115.820	100.931
7.08.02.02	Estaduais	84.009	69.568	67.891
7.08.02.03	Municipais	188	71	66
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	146.280	26.002	41.259
7.08.03.01	Juros	143.756	23.976	39.279

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.02	Aluguéis	2.524	2.026	1.980
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	65.426	71.357	60.838
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	12.905	7.507	0
7.08.04.02	Dividendos	14.000	3.221	14.449
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	38.521	60.629	46.389

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Dori Alimentos S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (“2022”), comparativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (“2021”).

O último ano rendeu excelentes resultados e gerou impactos positivos para todos os nossos stakeholders. Encerramos 2022 com forte desempenho em todas as categorias de snacks e canais de venda. O resultado de crescimento de dois dígitos no lucro bruto e EBITDA foi sustentado pelo aumento de receita, volume, além de uma bem executada estratégia de reposição de custos e do trabalho diferenciado de nossa equipe de vendas e trade.

Avançamos significativamente em lançamentos, principalmente snacks de alto valor agregado nas categorias de snacks de amendoim e sweet snacks. Somente em 2022 lançamos mais de 80 SKUs e encerramos o ano com um total de 340 SKUs ofertados no mercado interno que, em conjunto com o mercado externo, representou em volume 108 mil toneladas ou quase 400 milhões de pacotes de snacks vendidos.

Crescemos com sucesso em todos os canais de venda. Nosso maior canal em receita, o varejo (58% da RL), cresceu 25% em R\$ e 8% em volume no comparativo anual. Avançamos igualmente nos outros canais, a saber: (i) atacado com crescimento de 26% na receita líquida vs. 2021, onde trabalhamos várias oportunidades para melhorar nossa participação de mercado; (ii) outros (parcerias B2B) crescemos 85% na receita líquida comparativamente com 2021, através da exploração de novas receitas e novas parcerias, e (iii) exportação com crescimento de 16% na receita líquida sobre 2021, onde permanecemos vendendo para clientes em mais de 40 países. Em 2023 continuaremos a executar uma forte estratégia de go-to-market em meio a condições de mercado desafiadoras contínuas

Nossos resultados são reflexo de uma cultura organizacional forte, que prioriza a excelência operacional, a qualidade e a segurança dos produtos, a inovação, a ética e a construção de legados positivos para as pessoas, a comunidade e o meio ambiente. Em um movimento que busca a evolução contínua, nosso olhar atento para a sustentabilidade se fortaleceu ainda mais em 2022.

Assim, na frente meio ambiente, somente para destacar alguns dos nossos avanços, nossa gestão nos permitiu vincular a emissão no início do ano do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) Sustainability-Linked (SLB) ao atingimento de duas metas públicas relacionadas aos tópicos gestão de água e gestão de resíduos que hoje integram nosso planejamento estratégico de sustentabilidade. No total foram R\$11 milhões investidos na área ambiental da Dori. Também neste último ano, formalizamos a adesão da Dori ao Programa Brasileiro GHG Protocol e realizamos nosso primeiro inventário de emissões de escopos 1 e 2.

Na frente responsabilidade social, um grande marco do ano foi a certificação AIB Internacional (referência em segurança e qualidade de alimentos e bebidas) para a planta de snacks de amendoim de Marília, alto rating recebido pelo BRC Global Standards e nossa adesão à Sedex, plataforma colaborativa comprometida com o desenvolvimento das cadeias globais de suprimentos. Foram R\$1,3 milhões investidos em projetos sociais e R\$3,8 milhões em P&D.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O sucesso de 2022 é resultado de nossa dedicada equipe de 3.047 colaboradores. O capital humano é essencial para o crescimento sustentável do nosso negócio e por isso consolidamos uma robusta estratégia de gestão de pessoas, que se inspira na missão, visão e valores da DORI e mantém um olhar atento ao cuidado, satisfação, desenvolvimento e reconhecimento das equipes. É importante lembrar nossa conquista do primeiro lugar no prêmio “Lugares Incríveis para Trabalhar”, na categoria grandes empresas entre as organizações brasileiras. Cada vez mais, buscamos promover a saúde integral de nossos colaboradores, indo além das doenças ocupacionais. Em 2022 iniciamos as obras do Centro de Qualidade de Vida Dori, em Marília, que será inaugurado em 2023.

Nosso objetivo para o próximo ano é solidificar e expandir nossa posição atual no mercado nacional, ao mesmo tempo em que exploramos oportunidades na crescente tendência “better for you”. Continuaremos trabalhando duro, investindo com sabedoria e mantendo nossa forte cultura. Continuaremos medindo a eficácia de nossas decisões e programas internos para gerar não apenas maiores resultados financeiros, mas também maiores impactos sociais e ambientais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

A Diretoria da Companhia regularmente revisa as métricas de liquidez e financeira descritas a seguir como forma de avaliar o comportamento dos seus negócios. As referidas métricas não contábeis incluídas nesse relatório, tais como EBITDA, dívida bruta, dívida líquida, dívida líquida/EBITDA, entre outras, não foram objeto de exame por parte de nossos auditores independentes.

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Considerando o nosso perfil de endividamento, nossas projeções para o fluxo de caixa e nossa posição de liquidez, acreditamos que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

Abaixo são apresentadas as principais métricas financeiras e de liquidez para avaliação do negócio da Companhia, as quais são revisadas regularmente pela Administração:

Receita operacional líquida

(Em milhares de reais - R\$, exceto %)	2022	a.v	2021	a.v	Var(%)
Receita operacional bruta	1.565.548	100,0%	1.250.055	100,0%	25,2%
Impostos	(328.757)	21,0%	(275.153)	22,0%	19,5%
Devoluções e acordos comerciais	(45.363)	2,9%	(34.235)	2,7%	32,5%
Receita operacional líquida	1.191.428	76,1%	940.667	75,3%	26,7%

A receita líquida no exercício de 2022 foi de R\$1.191.428 mil comparativamente a R\$940.667 mil de 2021, o que representou um crescimento de R\$250.761 mil ou 26,7%. O volume de vendas foi de 108 mil toneladas em 2022, comparado com 99 mil toneladas em 2021, representado por um aumento de 9% no volume de vendas. O crescimento da receita líquida então pode ser atribuído parte aos volumes, contudo com forte impacto também de um reposicionamento de preços de nossos produtos, seja através da gestão estratégia de mix de categorias e canais, seja para minimizar parte da alta dos custos das commodities, ou ainda pelo direcionamento de pequenas porções de nossos principais produtos, visando garantir preço acessível e margens saudáveis.

O quadro abaixo apresenta a composição da receita operacional líquida por categoria de produto da Companhia no mercado interno e externo, nos períodos indicados:

(Em milhares de reais - R\$, exceto %)	2022	a.v	2021	a.v	Var(%)
Sweet Snacks	588.357	49%	449.928	48%	30,8%
Snacks de amendoim	374.852	31%	296.467	32%	26,4%
Snacks de chocolate	221.382	19%	189.695	20%	16,7%
Outras	6.837	1%	4.577	0%	49,4%
Receita operacional líquida	1.191.428	100%	940.667		26,7%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sweet snacks. A receita líquida destes produtos cresceu 30,8%, de R\$449.928 mil no exercício de 2021 para R\$588.357 mil comparado com 2022, resultado das fortes ações de trade marketing para alcançar novos clientes, além de um reposicionamento estratégico de preços, buscando atenuar ao máximo a forte pressão de custos. Os itens de gomas e de gelatinas também cresceram significativamente via oferta de maior volume, reflexo dos investimentos efetuados pela Companhia em nova linha de produção desses itens. A categoria cresceu em todos os canais de vendas em que a Companhia atua com pelo menos 20% de aumento de receita líquida em relação a 2021 em cada um dos canais e com expressivos 40% de crescimento no varejo. Essa categoria representou 49% da receita líquida da Companhia (48% em 2021).

Snacks de amendoim. A receita líquida de snacks de amendoim aumentou 26,4%, de R\$296.467 mil no exercício de 2021 para R\$374.852 mil em 2022, fator esse impulsionado principalmente pelo crescimento das vendas destes produtos para o canal de parceiros B2B e varejo. Essa categoria representou 31,5% da receita líquida da Companhia (31,5% em 2021).

Snacks de Chocolate. A receita líquida da categoria chocolate aumentou 16,7%, de R\$189.695 mil no exercício de 2021 para R\$221.382 mil em 2022, devido principalmente ao reposicionamento de preços, além do direcionamento de pequenas porções de nossos principais produtos de chocolate, a exemplo também das demais categorias. Essa categoria representou 18,6% da receita líquida da Companhia (20% em 2021).

Lucro bruto e margem bruta

(Em milhares de reais - R\$, exceto %)	2022	a.v	2021	a.v	Var(%)
Receita operacional líquida	1.191.428	100,0%	940.667	100,0%	26,7%
Custo dos produtos vendidos	<u>(755.199)</u>	63,4%	<u>(602.601)</u>	64,1%	25,3%
Lucro bruto	<u>436.229</u>	36,6%	<u>338.066</u>	35,9%	29,0%

O lucro bruto no exercício de 2022 foi de R\$436.229 mil comparativamente a R\$338.066 mil em 2021, que representou uma variação de R\$98.163 mil ou 29%. A margem bruta representou 36,6% e 35,9% da receita operacional líquida em 2022 e 2021, respectivamente.

Custo dos produtos vendidos: O custo dos produtos vendidos foi de R\$755.199 mil no exercício de 2022 comparativamente a R\$602.601 mil em 2021, o que representou um aumento de R\$152.598 mil ou 25,3%. Esse crescimento nos custos é atribuído ao crescimento de 10% dos volumes e ao efeito inflacionário que impactou os custos com mão de obra direta dedicada e principais insumos utilizados no processo de fabricação dos produtos da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Despesas operacionais

(Em milhares de reais - R\$, exceto %)	2022	a.v	2021	a.v	Var(%)
Receita operacional líquida	1.191.428	100,0%	940.667	100,0%	26,7%
Custo dos produtos vendidos	(755.199)	63,4%	(602.601)	64,1%	25,3%
Lucro bruto	436.229	36,6%	338.066	35,9%	29,0%
Despesas operacionais:					
Vendas	(228.979)	19,2%	(169.682)	18,0%	34,9%
Gerais e administrativas	(72.531)	6,1%	(55.408)	5,9%	30,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.103	-0,4%	(932)	0,1%	(647,5%)
Total despesas operacionais	(296.407)	-24,9%	(226.022)	-24,0%	31,1%
Lucro operacional	139.822	11,7%	112.044	11,9%	24,8%

Despesas com vendas: As despesas com vendas no exercício de 2022 foram de R\$228.979 mil comparativamente a R\$169.682 mil em 2021, o que representou um aumento de R\$59.297 mil ou 34,9%. Essa variação é atribuída parte pelas despesas correlacionadas diretamente com o aumento da receita, além de forte impacto em fretes e demais custos logísticos com efeitos da inflação e aumento de combustíveis, principalmente no 1º semestre de 2022, quando comparados com 2021. As despesas com vendas representaram 19,2% e 18,0% da receita líquida no exercício de 2022 e 2021, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas no exercício de 2022 foram de R\$72.531 mil comparativamente a R\$55.408 mil em 2021, o que representou um aumento de R\$17.123 mil ou 30,9%. As despesas gerais e administrativas representaram 6,1% e 5,9% da receita operacional líquida em 2022 e 2021, respectivamente.

Resultado financeiro, líquido

(Em milhares de reais - R\$)	2022	2021
Juros ativos e passivos	(41.756)	(21.456)
Variação cambial e monetária sobre derivativos, líquida	(15.144)	1.929
Rendimentos aplicações financeiras	5.816	1.175
Variação cambial operacional, líquida	1.258	3.349
Outros	(2.829)	2.765
Resultado financeiro líquido	(52.656)	(12.238)

O resultado financeiro líquido no exercício de 2022 foi de uma despesa de R\$52.656 mil contra uma despesa de R\$12.238 mil em 2021, o que representou uma variação de R\$40.418 mil. Essa variação do resultado financeiro foi impactada principalmente pelo aumento da taxa básica de juros – a SELIC – e também pela decisão de aumentar a alavancagem financeira da Companhia tendo em vista os investimentos para aumento de capacidade produtiva e operação de recompra de ações visando otimizar a estrutura de capital, que resultou em uma despesa maior de R\$20.301 em 2022. Além disso, houve impacto significativo na variação cambial sobre instrumentos financeiros derivativos maior no montante de R\$17.073 em 2022.

O resultado financeiro líquido no exercício de 2022 foi de uma despesa de R\$52.656 mil contra uma despesa de R\$12.238 mil em 2021, o que representou uma variação de R\$40.418 mil. Essa variação do resultado financeiro foi impactada principalmente pelo aumento da taxa básica de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

juros – a SELIC, que resultou em uma despesa maior de R\$29.605 em 2022. Além disso, houve impacto significativo na variação cambial maior no montante de R\$19.164 em 2022.

Lucro líquido do exercício

(Em milhares de reais - R\$, exceto %)	2022	a.v	2021	a.v	Var(%)
Receita operacional líquida	1.191.428	100,0%	940.667	100,0%	26,7%
Custo dos produtos vendidos	(755.199)	63,4%	(602.601)	64,1%	25,3%
Lucro bruto	436.229	36,6%	338.066	35,9%	29,0%
Despesas operacionais	(296.407)	24,9%	(226.022)	24,0%	31,1%
Resultado financeiro, líquido	(52.656)	4,4%	(12.238)	1,3%	330,3%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	87.166	7,3%	99.806	10,6%	(12,7%)
Imposto de renda e contribuição social	(21.740)	1,8%	(28.449)	3,0%	(23,6%)
Lucro líquido do exercício	65.426	5,5%	71.357	7,6%	(8,3%)
Taxa efetiva de IR/CS	24,9%		28,5%		

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social: O lucro antes do imposto de renda e contribuição social foi de R\$87.166 mil no exercício 2022 comparado a R\$99.806 mil em 2021, o que representou uma queda de R\$12.640 mil ou 12,7%. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 7,3% e 10,6% da receita líquida nos exercícios de 2022 e 2021, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e contribuição social foi de R\$21.740 mil no exercício de 2022 comparado a R\$28.449 mil em 2021, o que representou uma variação de R\$6.709 mil ou 23,6%. O imposto de renda e contribuição social representaram 24,9% e 28,5% do lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício de 2022 e 2021, respectivamente.

Lucro líquido do exercício: O lucro do exercício de 2022 foi de R\$65.426 mil comparativamente a R\$71.357 mil de 2021, o que representou uma queda de R\$5.931 mil ou 8,3%. O lucro líquido do período representou 5,5% e 7,6% da receita líquida nos exercícios de 2022 e 2021 respectivamente. Esta manutenção é atribuída substancialmente aos fatores mencionados anteriormente.

EBITDA e Alavancagem

(Em milhares de reais - R\$)	2022	2021
Resultado líquido do período	65.426	71.357
(+) IRPJ/CSLL corrente e diferido	21.740	28.449
(+) Resultado financeiro líquido	52.656	12.238
(+) Depreciação e amortização	25.699	19.834
EBITDA	165.521	131.878
Receita operacional líquida	1.191.428	940.667
Margem EBITDA	14%	14%
Dívida líquida	307.934	203.871
Dívida líquida/EBITDA	1,9x	1,5x

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O EBITDA no exercício de 2022 foi de R\$165.521 mil comparativamente a R\$131.878 mil em 2021, o que representou um aumento de R\$33.643 mil ou 25,5%. O EBITDA dos exercícios representou 14% da receita líquida nos dois exercícios. Esta variação é atribuída substancialmente aos fatores mencionados anteriormente.

Conforme apresentado abaixo, a alavancagem financeira da Companhia, medida pela divisão de sua Dívida Líquida pelo EBITDA foi de 1,9x para o exercício de 2022 contra uma alavancagem de 1,5x, para 2021. A variação do indicador é reflexo de investimentos de R\$66,8 milhões em aumento de capacidade de produção e recompra de ações em 3 de fevereiro de 2022 no montante de R\$ 45,0 milhões visando otimizar a estrutura de capital da Companhia.

Agradecimentos

O exercício de 2022, além dos excelentes resultados financeiros, nos trouxe grandes conquistas e realizações. O prêmio em 1º lugar na categoria grandes empresas em “Lugares Incríveis para Trabalhar”, a certificação referência em segurança e qualidade de alimentos reconhecida pela AIB International e a filiação junto ao programa Brasileiro GHG Protocol, que reforçam ainda mais nossa missão e nossos valores, principalmente com nossos colaboradores e toda a sociedade. Com muita gratidão, reconhecemos que tudo isso só foi possível com dedicação e empenho de todos os nossos colaboradores. Agradecemos também aos nossos clientes por sempre escolherem snacks da DORI, e aos nossos acionistas pelo apoio e confiança.

Marília, 06 de março de 2023.

Pedro Lobo da Silva

Diretor Presidente

Vitor Bodini Barion

Presidente do Conselho de Administração

Notas Explicativas

DORI ALIMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Da atividade

A Dori Alimentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima com registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") de categoria "A" desde 17 de novembro de 2021, constituída no Brasil, com sede na cidade de Marília, Estado de São Paulo e com seu capital exclusivamente nacional. A Companhia tem por objeto a industrialização e comercialização de produtos alimentícios denominados "snacks", e atende os mercados de varejo, atacado e exportação.

Através da sua rede de distribuição própria, a Companhia desenvolve uma capilaridade ímpar no setor, obtendo amplo alcance em todo o território brasileiro. Para isso, a Companhia conta com quatro unidades industriais (três em Marília-SP e uma em Rolândia-PR) e oito centros de distribuição nos Estados de São Paulo, Ceará, Paraná, Alagoas, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão.

Na data de aprovação das demonstrações financeiras, a Administração entende que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional. Sendo assim, continua sendo adotado a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras não vinculadas. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Aplicações financeiras

Aplicações financeiras compreendem, as aplicações sem liquidez imediata, ou seja, possuem vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício.

2.5. Contas a receber de clientes e outras contas a receber

As contas a receber estão registradas e mantidas no balanço pelo valor da venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, são avaliados pelo montante original da venda deduzido dos descontos concedidos, créditos de clientes e perdas esperadas de crédito.

As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da posição financeira atual do mesmo, ajustadas com base em fatores específicos dos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. A apuração do montante da provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada através de análise sobre a idade dos vencimentos e análise individual por cliente, considerando a expectativa de perda histórica dos saldos em aberto, exceto para os clientes com garantias reais executáveis, além das contas a receber onde não há uma real expectativa de recebimento, utilizando para tal a matriz de provisão.

2.6. Estoques

Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques.

2.7. Imobilizado

Representado principalmente por terrenos, edifícios e equipamentos industriais demonstrados a valor de custo (exceto por aqueles itens que foram avaliados ao valor justo na data de implementação dos CPC), deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

Os ativos existentes na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis, conforme descrito na nota explicativa nº 7, foram avaliados pelo valor justo, atribuindo-se a eles um custo adicional, denominado “custo atribuído”. A contrapartida do custo atribuído foi a rubrica de “ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.8. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

2.9. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada por redução ao valor recuperável, se houver.

O ágio e demais ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; porém, a possibilidade de perda do valor recuperável do ativo é testada pelo menos anualmente (ver nota explicativa nº 2.8).

Qualquer perda permanente identificada é registrada de imediato no resultado do exercício e não é revertida em períodos subsequentes.

2.10. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia avaliou os ativos intangíveis sem vida útil definida e não identificou ajuste a valor recuperável a ser realizado.

2.11. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Especificamente, a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração e por seus consultores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no passivo não circulante.

2.12. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

Impostos diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando os respectivos impostos de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada em cada data de balanço e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia espera, na data de divulgação, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.13. Ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras ou sujeitos à atualização monetária

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período sendo as contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício.

Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos.

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, quando relevantes, e são, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

Notas Explicativas

2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo “Dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação legal e prevista no estatuto social da Companhia. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado do exercício diretamente no patrimônio líquido.

2.16. Uso de julgamentos e estimativas

Quando da elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, a Administração utiliza estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações financeiras não podem ser calculados com precisão. A Administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências. Deste modo, as estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 utilizadas para a preparação das demonstrações financeiras serão revisadas continuamente. Os efeitos das revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e os resultados efetivos podem diferir das estimativas.

Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia efetua estimativas significativas para a determinação de premissas utilizadas na avaliação de alguns saldos de ativos e passivos, despesas e receitas.

Os itens significativos que estão sujeitos a estimativas e premissas incluem o registro de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº4), provisão para a realização dos estoques (nota explicativa nº5), a vida útil dos ativos (nota explicativa nº7), a redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”), o registro de ágio ou deságio quando da aquisição de investimentos permanentes, a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº14) e a constituição e realização do imposto de renda diferido (nota explicativa nº16.1).

Julgamentos

A Administração da Companhia utiliza seu julgamento para definir as políticas contábeis adequadas a serem aplicadas a determinadas transações sempre que as normas e interpretações do CPC vigentes não tratem especificamente dos respectivos assuntos contábeis.

A Companhia utiliza-se de julgamentos para políticas que incluem capitalização dos custos dos empréstimos (nota explicativa nº 7) e aumento significativo de riscos de crédito (nota explicativa nº22.2)

2.17. Resultado básico e diluído por ação

Básico

Calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante o exercício.

Diluído

Calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluidores em circulação durante o exercício.

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

2.18. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A demonstração do valor adicionado é dividida em duas etapas, sendo:

- Valor adicionado a distribuir: tem por finalidade apresentar a riqueza gerada pela Companhia, evidenciando suas receitas que compreendem as receitas brutas das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre elas, outras receitas e os efeitos da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa; as receitas geradas através dos insumos adquiridos de terceiros, como aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, e os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização; além das receitas recebidas de terceiros, como receitas financeiras.
- Distribuição do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a distribuição das riquezas geradas, que são alocadas entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capital próprio. Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).

2.19. Segmento de negócios

A Companhia atua no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: amendoins, gomas, chocolates, balas, pirulitos, regaliz e gelatina. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte da Companhia não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para subsidiar decisões de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Dessa forma, levando em conta que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são tomadas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

2.20. Receitas de contratos de clientes

A receita é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida pelas devoluções de clientes, estornos, provisão de acordos comerciais e outros abatimentos semelhantes.

A Companhia reconhece a receita da venda de mercadoria quando todas as condições a seguir são atendidas:

- Transferiu ao comprador o controle das mercadorias.
- Não possui envolvimento administrativo contínuo no nível normalmente associado à propriedade ou controle efetivo sobre as mercadorias vendidas.
- O valor da receita puder ser confiavelmente mensurado.

Notas Explicativas

- For provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser confiavelmente mensurados.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. Por fim, os fretes sobre vendas são registrados como despesas dessas vendas.

2.21. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos financeiros sem um componente significativo de financiamento são inicialmente mensurados pelo seu valor justo, o qual é correspondente ao valor da transação. Os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos a valor justo.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial os ativos financeiros são classificados como mensurados a: custo amortizado; valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação inicial dos ativos financeiros não é alterada a não ser que ocorram mudanças no modelo de negócio da Companhia.

- Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia apresentava somente ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado¹ (instrumentos financeiros derivativos) ou mensurados ao custo amortizado (demais passivos financeiros).

Perda no valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito com a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O ativo financeiro está vencido há mais de 120 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contraparte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou são liquidados.

A Companhia baixa os passivos financeiros quando, e somente quando, suas obrigações são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade possui operações com instrumentos financeiros derivativos, que visam exclusivamente à proteção contra aos riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de NDFs e swap de taxa de juros.

Os derivativos são mensalmente reconhecidos pela Companhia ao seu valor justo e suas variações de ganho ou perda são reconhecidas no resultado imediatamente, exceto se o derivativo for designado e efetivo como instrumento de hedge onde, a data de reconhecimento no resultado dependerá da natureza da relação de hedge. O derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo financeiro enquanto o derivativo com valor justo negativo é reconhecido como passivo financeiro.

Contabilização de hedge

A Companhia adota a contabilidade de hedge, nos termos dos CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) e CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros, para as transações com instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção do risco de variação nas taxas de câmbio e nas taxas de juros em suas operações. A relação de proteção enquadra-se como hedge de fluxo de caixa, o que consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuível a um risco particular associado com um ativo ou passivo reconhecido ou mesmo uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

Nessa categoria de hedge, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, na rubrica “Ganho (perda) em operações de hedge de fluxo de caixa”, e a parcela inefetiva, quando aplicável, é reconhecida no resultado financeiro. Os ganhos e perdas acumulados são reclassificados no resultado ou no balanço patrimonial quando o objeto de proteção é reconhecido, ajustando-se a rubrica em que foi contabilizado o referido objeto. Os efeitos tributários diferidos sobre os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido são reconhecidos também em outros resultados abrangentes, na rubrica “efeitos tributários sobre o ganho (perda) em operações de hedge de fluxo de caixa.”

Notas Explicativas

A contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente a partir da data em que a relação de hedge não se qualifica mais, podendo ocorrer de forma parcial ou integral. As condições para a descontinuação da contabilização de hedge ocorrem quando:

- a) nas relações de hedge de fluxo de caixa, o item protegido é reconhecido no balanço da Companhia: nesse caso, o valor registrado no patrimônio líquido é incluído no mesmo período e no mesmo componente em que o item protegido é reconhecido (balanço patrimonial ou resultado);
- b) o instrumento de hedge é encerrado: nesse contexto, o valor efetivo registrado no patrimônio líquido é reconhecido na data de competência em que o item protegido é reconhecido;
- c) não existir a relação de hedge devido à alteração do objetivo da gestão de risco; e
- d) não existir a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item protegido ou o efeito do risco de crédito comece a predominar na relação de hedge.

Caso ocorra a descontinuação da contabilidade de hedge de acordo com os itens c) e d), todos os ganhos e perdas acumulados das relações de hedge semelhantes, registradas no patrimônio líquido, são imediatamente transferidos para o resultado financeiro.

A efetividade de seus instrumentos financeiros derivativos é verificada pela Companhia a cada fechamento trimestral e anual ou por ocasião de alteração significativa nas circunstâncias que afetam os requisitos de efetividade de hedge, o que ocorrer primeiro e, os seus efeitos em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados na nota explicativa nº 22.5.

2.22. Benefícios a empregados no curto prazo

A Companhia oferece benefícios a empregados no curto prazo como participação no resultado, bonificações, prêmios. Os benefícios a empregados são reconhecidos no resultado da Companhia como despesa de pessoal, conforme a competência de origem do benefício, e seus montantes são provisionados de acordo com a expectativa de caixa a ser desembolsada pela Companhia.

2.23. Subvenção governamental

As subvenções governamentais são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender todas as condições específicas pela legislação vigente. Esses incentivos fiscais, são utilizados para dedução do imposto de renda e da contribuição social na apuração desses tributos da Companhia, e são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido como “reservas de incentivos fiscais”. Essas subvenções reconhecidas no patrimônio líquido são direcionadas apenas para investimentos da Companhia (construção e ampliação fabril), e ou para aumento de capital.

2.24. Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis

A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração".

A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro;
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

O IASB acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O IASB excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada.

Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Notas Explicativas

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O IASB acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas.

As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e ' patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data. IFRS/BR GAAP - Modelo de demonstrações financeiras para 2022 Fonte International GAAP Holdings S.A. CPC 26 (R1)/ IAS 1.10(e), (ea), 51(b) e (c) Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022 Valores expressos em milhares de reais – R\$ 71.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	14	7
Bancos - conta movimento	4.298	1.436
Bancos - conta aplicação (i)	5.301	72.739
Depósito bancário em moeda estrangeira (ii)	463	20.496
Total	10.076	94.678

- (i) Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia manteve aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDB) indexados à taxa média de 88% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (101,2% em 31 de dezembro de 2021) dependendo do período decorrido entre a data da aplicação e o resgate, além de aplicações automáticas vinculadas aos saldos das contas correntes regulares da Companhia, remuneradas de 10% a 102% da variação do CDI (10% a 104% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2021), todas com liquidez imediata e seus valores não estão sujeitos a riscos significativos de mudança de valor.
- (ii) Referem-se a recursos disponíveis em dólares norte-americanos, não remunerados, que, em 31 de dezembro de 2022, totalizavam US\$89 mil (US\$3.673 mil em 31 de dezembro de 2021), provenientes de operações de exportação, cujas liberações ocorrerão mediante solicitação da Administração da Companhia quando do fechamento de câmbio dessas operações e contratos.

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

3.2. Aplicações financeiras

Referem-se a saldos aplicados em instituições financeiras sólidas, que são dadas em garantia das linhas de crédito de capital de giro, que devem ser mantidas aplicadas, com prazo de resgate superior a 90 dias da data de aplicação ou não possuir liquidez imediata, não devendo ser classificados como equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 essas aplicações financeiras eram representadas por CDBs indexados à taxa média de 97,5% da variação CDI dependendo do período decorrido entre a data da aplicação e o resgate.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2022	2021
Mercado interno	155.521	144.775
Mercado externo	2.712	5.934
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(5.351)	(1.147)
Provisão para acordos comerciais	(1.721)	(4.276)
Total	<u>151.161</u>	<u>145.286</u>

A análise de vencimentos dos títulos registrados nas contas a receber está apresentada a seguir:

	2022	2021
Vencidos (a):		
De 1 a 30 dias	1.681	976
De 31 a 60 dias	315	93
De 61 a 90 dias	326	7
De 91 a 180 dias	132	21
Mais de 181 dias	<u>1.814</u>	<u>1.859</u>
Total de vencidos	4.268	2.956
A vencer:		
De 1 a 30 dias	87.093	83.759
De 31 a 60 dias	48.188	47.316
De 61 a 90 dias	11.905	11.726
Mais de 91 dias	<u>6.779</u>	<u>4.952</u>
Total a vencer	153.965	147.753
Total	<u>158.233</u>	<u>150.709</u>

A movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e acordos comerciais é como segue:

Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

	2022	2021
Saldo inicial	(1.147)	(3.483)
Adições (a)	(4.552)	(964)
Baixas	<u>348</u>	<u>3.300</u>
Saldo final	<u>(5.351)</u>	<u>(1.147)</u>

Notas Explicativas

- (a) No período subsequente as demonstrações financeiras a Companhia teve conhecimento de que um de seus clientes entrou em recuperação judicial, e apesar de seus títulos não estarem vencidos nesta data, em atendimento a política de perdas esperadas da Companhia, os valores em aberto no montante de R\$4.343 foram reconhecidos como perdas no resultado do exercício.

Provisão para acordos comerciais

	2022	2021
Saldo inicial	(4.276)	(1.890)
Adições	(39.051)	(32.115)
Baixas	41.606	29.729
Saldo final	<u>(1.721)</u>	<u>(4.276)</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui contas a receber dadas em garantia das linhas de crédito de capital de giro no montante de R\$1.193 (R\$9.832 em 31 de dezembro de 2021), representadas por duplicatas que devem ser mantidas em cobrança, nas instituições financeiras credoras, equivalentes a um percentual médio de 20% do valor do empréstimo de R\$5.965 (20% de R\$49.615 em 31 de dezembro de 2021).

5. ESTOQUES

	2022	2021
Matérias-primas e insumos	98.824	82.964
Produtos em elaboração	16.059	13.545
Produtos acabados	67.390	41.857
Material de manutenção	6.064	5.056
Estoque em poder de terceiros	7.333	6.700
Outros materiais estocados	5.641	4.608
Adiantamentos a fornecedores	-	203
Provisão para perdas de estoques (a)	<u>(2.374)</u>	<u>(1.776)</u>
Total	<u>198.937</u>	<u>153.157</u>

- (a) A Companhia constituiu provisão nos estoques para cobrir prováveis perdas com produtos de giro lento, obsoletos e sem expectativa de realização.

A movimentação da provisão para perdas de estoques é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	(1.776)	(1.459)
Adições	(2.421)	(2.160)
Baixas/Reversão	1.823	1.843
Saldo final	<u>(2.374)</u>	<u>(1.776)</u>

Para os exercícios apresentados, não havia estoques em garantia de empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	1.279	236
ICMS sobre ativo imobilizado	2.998	2.739
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	815	866
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	1.351
Crédito de exportação – Reintegra	288	162
Imposto sobre produto industrializado – IPI	1.206	3
Total de impostos a recuperar – Circulante	<u>6.586</u>	<u>5.357</u>
 ICMS sobre ativo imobilizado	 <u>3.460</u>	 <u>4.183</u>
Total de impostos a recuperar – Não circulante	<u>3.460</u>	<u>4.183</u>

Os saldos dos impostos a recuperar são decorrentes de transações mercantis e considerados realizáveis pela Administração da Companhia no curso normal de suas operações.

Notas Explicativas

7. IMOBILIZADO

Composição do ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação - %	Custo	2022 Depreciação	Saldo líquido	Custo	2021 Depreciação	Saldo líquido
Valores contábeis:							
Terrenos	-	32.268	-	32.268	31.485	-	31.485
Edifícios	4%	90.403	(14.442)	75.961	82.035	(12.471)	69.564
Máquinas e equipamentos industriais	17%	304.961	(131.181)	173.780	204.072	(116.638)	87.434
Móveis e utensílios	15%	4.336	(2.354)	1.982	3.623	(1.924)	1.699
Computadores e periféricos	29%	5.596	(3.431)	2.165	4.107	(2.741)	1.366
Veículos	23%	11.601	(5.488)	6.113	8.040	(4.129)	3.911
Outros	14%	3.648	(2.636)	1.012	8.020	(2.423)	5.597
Imobilizado em andamento (a)	-	35.915	-	35.915	82.976	-	82.976
		<u>488.728</u>	<u>(159.532)</u>	<u>329.196</u>	<u>424.358</u>	<u>(140.326)</u>	<u>284.032</u>

- (a) Ao longo dos dois últimos exercícios sociais a Companhia manteve investimentos em projetos voltados para expansão, modernização e diversificação de sua capacidade de produção e correspondente aumento de sua eficiência. Muito embora o saldo de imobilizado em andamento seja relevante, o fluxo de movimentação desses projetos é alto entre adições e transferências conforme demonstrado nos quadros de movimentação a seguir.

	2021	Adições	Baixas	Custo		Depreciação			2022
				Reversão provisão	Transferências (a)	Adições	Baixas	Transferências (a)	
<u>Movimentação Imobilizado</u>									
Terrenos	31.485	783	-	-	-	-	-	-	32.268
Edifícios	69.564	26	(321)	-	8.741	(2.193)	144	-	75.961
Máquinas e equipamentos	87.434	13.337	(6.163)	937	92.778	(20.254)	5.708	3	173.780
Móveis e utensílios	1.699	683	(42)	8	62	(464)	39	(3)	1.982
Computadores e periféricos	1.366	1.362	(137)	-	264	(826)	136	-	2.165
Veículos	3.911	3.736	(162)	(13)	-	(1.495)	136	-	6.113
Outros	5.597	262	(31)	2	(4.605)	(244)	31	-	1.012
Imobilizado em andamento	82.976	50.701	-	-	(97.762)	-	-	-	35.915
	<u>284.032</u>	<u>70.890</u>	<u>(6.856)</u>	<u>934</u>	<u>(522)</u>	<u>(25.476)</u>	<u>6.194</u>	<u>-</u>	<u>329.196</u>

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

	Custo					Depreciação		2021
	2020	Adições (a)	Baixas	Transferências	Reversão de provisão	Adições depreciação	Baixas depreciação	
Movimentação Imobilizado								
Terrenos	25.103	44	-	6.338	-	-	-	31.485
Edifícios e benfeitorias em propriedade de terceiros	40.134	45	(2.992)	24.466	1.898	(1.849)	907	62.609
Máquinas e equipamentos	66.935	15.529	(18.889)	16.216	3.050	(15.653)	15.587	82.775
Móveis e utensílios	1.023	798	(760)	213	56	(344)	701	1.687
Computadores e periféricos	1.145	421	(1.327)	361	14	(561)	1.313	1.366
Veículos	2.638	2.483	(778)	-	14	(931)	485	3.911
Outros	2.069	311	(353)	72	15	(193)	338	2.259
Imobilizado em andamento	96.171	49.550	(115)	(47.666)	-	-	-	97.940
	<u>235.218</u>	<u>69.181</u>	<u>(25.214)</u>	<u>-</u>	<u>5.047</u>	<u>(19.531)</u>	<u>19.331</u>	<u>284.032</u>

- (a) O saldo remanescente refere-se a contrato de aquisição de software que, ao ser encerrado, será transferido para o grupo de intangível, passando a ser amortizado pelo prazo de vida útil econômica.

Em virtude de alguns contratos de empréstimos e financiamentos, foram dados como garantias certos bens das contas de máquinas e equipamentos no valor contábil de R\$1.046 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.810 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo imobilizado inclui R\$ 29.197 (R\$39.776 em 31 de dezembro de 2021), correspondentes à mais-valia proveniente do custo atribuído registrado em 2010, retroativo a 2009, com base em laudos preparados por peritos independentes, deduzidos das subseqüentes depreciações e baixas de bens.

O custo atribuído constituído, líquido dos efeitos fiscais aplicáveis, está sendo realizado a crédito de lucros acumulados, em função da depreciação ou baixa dos respectivos ativos que lhe deram origem. O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o custo atribuído, em 31 de dezembro de 2022, monta a R\$ 9.927 (R\$13.524 em 31 de dezembro de 2021), classificado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”.

Anualmente, a Companhia analisa as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado. Adicionalmente, a Companhia revisou em cada exercício o valor contábil de seu ativo imobilizado e não identificou indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

Conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 20 - Custos de Empréstimos, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia capitalizou juros ao seu ativo imobilizado em andamento no montante de R\$ 3.403 (R\$3.700 em 31 de dezembro de 2021) a uma taxa efetiva média de 12% a.a. (5% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

8. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização - %	2022			2021		
		Custo	Amortização	Saldo líquido	Custo	Amortização	Saldo líquido
<u>Valores contábeis</u>							
Softwares	13%	12.218	(6.371)	5.847	10.943	(5.516)	5.427
Marcas	-	735	-	735	710	-	710
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (a)	-	2.743	-	2.743	2.743	-	2.743
Intangível em andamento		490	-	490	211	-	211
		<u>16.186</u>	<u>(6.371)</u>	<u>9.815</u>	<u>14.607</u>	<u>(5.516)</u>	<u>9.091</u>
	2021	Adições	Baixas	Transferências	Adições Amortização	Baixas Amortização	2022
<u>Movimentação Intangível</u>							
Softwares	5.427	196	(9)	1.010	(786)	9	5.847
Marcas	710	25	-	-	-	-	735
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (a)	2.743	-	-	-	-	-	2.743
Intangível em andamento	211	767	-	(488)	-	-	490
Em 31 de dezembro de 2022	<u>9.091</u>	<u>988</u>	<u>(9)</u>	<u>522</u>	<u>(786)</u>	<u>9</u>	<u>9.815</u>
	2020	Adições	Baixas	Reversão de provisão	Adições amortização	Baixas amortização	2021
<u>Movimentação Intangível</u>							
Softwares	5.887	261	(1.251)	-	(764)	1.294	5.427
Marcas	652	58	(97)	97	-	-	710
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (a)	2.743	-	-	-	-	-	2.743
Intangível em andamento	-	211	-	-	-	-	211
Em 31 de dezembro de 2021	<u>9.282</u>	<u>530</u>	<u>(1.348)</u>	<u>97</u>	<u>(764)</u>	<u>1.294</u>	<u>9.091</u>

- (a) Em 26 de novembro de 2012, a Companhia adquiriu 100% das cotas representativas do capital da empresa Noblan. Em 7 de agosto de 2014, a Companhia incorporou a Noblan e o saldo de ágio foi transferido para o ativo intangível, no montante de R\$2.743. O ágio foi gerado tendo como base o custo da combinação de negócios que excede a participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos e não é amortizável, sendo avaliado anualmente com base na sua recuperação. Considerando que o ágio é recuperável dentro de um exercício não foram utilizadas premissas relevantes nessa análise de realização.

Anualmente, a Companhia analisa as taxas de amortização dos itens do ativo intangível. Adicionalmente os ativos intangíveis com vida útil indefinida foram submetidos a testes de recuperação e não foi identificada necessidade de provisão para redução destes ativos.

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

9. FORNECEDORES

	2022	2021
Fornecedores:		
Matéria-prima e insumos	62.161	62.914
Material de embalagem	22.023	16.254
Transportes	12.685	7.168
Comissões e cumprimento de metas	8.784	7.375
Diversos	11.380	15.039
Total	123.521	108.750

10. EMPRÉSTIMOS

Modalidade	Encargos	Vencimento	2022	2021
Capital de giro – Debênture	IPCA + 6,20% a.a.	Abr./27	210.241	-
Capital de giro – NCE	CDI + 2,08% a 3,10% a.a.	Dez./26	66.248	102.073
Capital de giro – CCB	CDI + 1,90% a 2,25% a.a.	Fev./27	45.226	74.473
Finame - pré-fixado	3,5% a 6% a.a.	Dez./24	921	1.561
FINEP	3,5% a.a.	Abr./23	515	2.058
Conta garantida	CDI + 6,20% a.a.	Fev./22	66	-
			323.217	180.165
Custos de emissão - Debênture (a)			(4.597)	-
Total empréstimos e financiamentos			318.620	180.165
Circulante			17.532	96.655
Não circulante			301.088	83.510
Total			318.620	180.165

- Nota de Crédito à Exportação - NCE.
- Cédula de Crédito Bancário - CCB.
- Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Índice de Preço do Consumidor Amplo – IPCA.

(a) Em 8 de abril de 2022 a Companhia concluiu sua emissão de debêntures privadas vinculadas a oferta pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRAs”) com viés sustentável, lastreados por estas debentures. Em operação conjunta, a Companhia contratou ainda operação de “swap” remunerada a CDI + 1,1% a.a. (Nota 22). Para essa emissão, a Companhia incorreu em custos no montante de R\$5.409 que estão sendo amortizados ao longo do tempo do contrato.

Notas Explicativas

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por máquinas, equipamentos, instalações, conforme mencionado na nota explicativa nº 7, e aval dos acionistas. Para algumas linhas de Capital de Giro - NCE existe obrigação especial de manutenção de volume de cobrança de duplicatas com bancos emprestadores, na proporção de 20% do saldo devedor (20% em 31 de dezembro de 2021), conforme mencionado na nota explicativa nº 4. Os financiamentos classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano vencimento	R\$
2024	33.374
2025	26.418
2026	130.242
2027	111.054
Total	<u>301.088</u>

A Companhia possui cláusula restritiva atrelada a determinados contratos de financiamento que preveem hipóteses usuais de vencimento antecipado no caso de descumprimento de índices financeiros. Essa cláusula restritiva é mensurada trimestralmente e determina que a Companhia não descumpra o índice financeiro conforme: (i) divisão da dívida líquida pelo EBITDA inferior a 3 (três). Os termos utilizados para descrever o índice financeiro têm sua definição determinada em contratos e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de dezembro de 2022 a cláusula restritiva foi devidamente atendida.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	180.165	164.170
Captações de novos empréstimos e financiamentos	386.936	71.124
Custos de emissão	(5.409)	-
Juros incorridos e atualização monetária	39.395	10.407
Variação cambial	(4.812)	-
Pagamento de juros	(28.223)	(8.550)
Pagamento de principal	(249.432)	(56.986)
Saldo final	<u>318.620</u>	<u>180.165</u>

11. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2022	2021
Salários e ordenados a pagar	221	55
Provisão e encargos sobre férias e 13º salário	16.831	14.275
INSS e FGTS a recolher	5.709	4.606
Provisão para participação nos resultados	20.912	11.436
Outras contribuições	74	58
Total	<u>43.747</u>	<u>30.430</u>

- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2022	2021
ICMS a recolher	328	1.091
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	511	1.997
IRRF a recolher	1.574	1.293
Imposto sobre Serviços - ISS	93	109
PIS a recolher	168	224
COFINS a recolher	785	1.039
ICMS - substituição tributária	2.368	3.533
Imposto de renda e contribuição social	1.145	2.514
Outros	151	78
Total	7.123	11.878

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PARCELADOS

Modalidade	Tributo ou contribuição	Nº processo	Data Parcelamento	Vencimento final	2022	2021
PEP	ICMS	20065734-8	Set./13	Ago./23	31	74
PEP	ICMS	20065716-0	Set./13	Ago./23	92	218
	ICMS ST	011417/2022	Ago./22	Mar./23	446	-
<i>Parcelamentos impostos estaduais</i>					<u>569</u>	<u>292</u>
Lei 12.996/14	IRRF	-	Nov./14	Out./24	519	843
PRT	PIS, COFINS, IPI	-	Fev./17	Jan./24	3.281	5.830
PRT	INSS	-	Fev./17	Jan./24	1.502	2.900
<i>Parcelamentos impostos federais e contribuições previdenciárias</i>					<u>5.302</u>	<u>9.573</u>
Total					<u>5.871</u>	<u>9.865</u>
Circulante					5.283	4.726
Não circulante					<u>588</u>	<u>5.139</u>
Total					<u>5.871</u>	<u>9.865</u>

Os parcelamentos acima foram todos deferidos e encontram-se com seus recolhimentos em dia.

A totalidade dos parcelamentos de impostos federais, estaduais e previdenciários classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022 têm seus vencimentos até 31 de dezembro de 2024.

14. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas e nas jurisprudências dos tribunais do trabalho, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir:

	2021	Adições	Reversões	Pagamentos	2022
Fiscais	831	153	-	(791)	193
Trabalhistas (a)	2.552	686	(938)	(769)	1.531
Cíveis (b)	482	177	(150)	(81)	428
Subtotal	3.865	1.016	(1.088)	(1.641)	2.152
Depósitos judiciais (c)	(457)	(159)	251	-	(365)
Total líquido	3.408	857	(837)	(1.641)	1.787

	2020	Adições	Reversões	Pagamentos	2021
Fiscais	694	137	-	-	831
Trabalhistas (a)	3.029	550	(289)	(738)	2.552
Cíveis (b)	476	47	-	(41)	482
Subtotal	4.199	734	(289)	(779)	3.865
Depósitos judiciais (c)	(610)	(200)	353	-	(457)
Total líquido	3.589	534	64	(779)	3.408

- a) Representados, principalmente, por litígios decorrentes de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários pleiteando o recebimento de verbas trabalhistas, tais como horas extras decorrentes do intervalo intrajornada, troca de uniforme, equiparação salarial, insalubridade, doença ocupacional, gerando reflexos nos encargos previdenciários já previstos nas contingências.
- b) A Companhia constituiu provisão para processos de natureza cível, nos quais prestadores de serviços, consumidores, clientes e parceiros comerciais ingressaram com ação pretendendo indenização contra a Companhia visando à reparação por danos materiais e morais.
- c) Os depósitos judiciais, no montante de R\$365 (R\$457 em 31 de dezembro de 2021), correspondem apenas aos processos judiciais que possuem provisão para riscos constituída.

A Companhia possui outros depósitos judiciais, não atrelados a processos contingenciais, no montante de R\$19.585 (R\$19.515 em 31 de dezembro de 2021). Esses depósitos são pulverizados, de naturezas diversas, sendo o mais representativo de R\$13.205 referente ao valor correspondente de IRPJ e CSLL incidentes sobre a atualização monetária do processo de PIS/COFINS, em demanda ajuizada pela Companhia. Em se tratando de uma contingência ativa, cuja matéria tramita perante o Supremo Tribunal Federal, em tema de repercussão geral 962, julgado em 24 de setembro de 2021 com a declaração de inconstitucionalidade da tributação da taxa SELIC pelo IRPJ e CSLL decorrente de repetições de indébito, os assessores jurídicos consideram como provável uma decisão favorável à Companhia devendo ocorrer o retorno dos autos à segunda instância para o exercício do juízo de retratação, motivo pelo qual não há contingência para o referido processo.

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

Existem outros processos de natureza tributária, trabalhista e cível, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$17.506 (R\$14.588 em 31 de dezembro de 2021).

Esses processos, considerados como de risco possível pelos assessores jurídicos da Companhia, são basicamente de natureza tributária, onde a Companhia vem discutindo administrativa e judicialmente a anulação de autos de infração relacionados a:

- i. Dedução de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido em premiações pagas a beneficiários que, de acordo com a Receita Federal, não teriam sido identificados no montante de R\$3.393.
- ii. Aproveitamento de créditos de ICMS sobre vendas efetuadas a clientes em áreas incentivadas (Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio) no montante de R\$3.372.
- iii. Diferencial de alíquota aplicada em operações de venda a clientes que tiveram suas inscrições posteriormente declaradas inidôneas, no montante de R\$3.342.
- iv. Crédito presumido de IPI e compensação de IPI acumulado na escrita pela aquisição de matérias-primas, embalagens e produtos intermediários no montante de R\$2.219.
- v. ICMS relativo ao diferencial de alíquota – DIFAL e aproveitamento de crédito de ICMS sobre a aquisição de mercadorias de uso e consumo e de matérias primas, no valor de R\$ 844; e
- vi. ICMS ST, que segundo a Receita Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul não teria sido destacado nas notas fiscais, no importe de R\$ 1.309.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONAS**15.1. Transações com pessoal-chave da Administração:**Honorários da Administração

A remuneração dos principais administradores da Companhia, que compreendem profissionais com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia pagou ou provisionou aos administradores e diretores, a título de remuneração o montante de R\$14.044 (R\$9.555 em 31 de dezembro de 2021). O valor está inserido na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

15.2. Transações com acionista com influência significativa:Debêntures com parte relacionada

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia concluiu a segunda emissão privada de debêntures em série única, conversíveis em ações e da espécie subordinada, no montante de R\$116.529, representadas por 100.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.165 e vencimento em 1º de outubro de 2025. As debêntures são remuneradas trimestralmente à variação de 100% do CDI acrescida do spread de 4,5% ao ano, com pagamentos trimestrais mínimos e obrigatórios de 40% do valor da remuneração calculada nos trimestres. A emissão das debêntures foi aprovada em assembleia geral extraordinária, e foi integralmente subscrita por sua parte relacionada Candyco Fundo Investimento em Participações Multiestratégia (“Candyco FIP”) com os valores levantados através do resgate da totalidade das suas ações preferenciais e de parte dos dividendos atribuíveis sobre estas ações.

Notas Explicativas

Em 3 de fevereiro de 2022, a Companhia aprovou em assembleia geral extraordinária, o resgate antecipado da totalidade das debêntures emitidas em 30 de setembro de 2020 e que haviam sido integralmente subscritas por sua parte relacionada Candyco FIP. O valor do resgate da totalidade das debêntures foi de R\$126.994 e foi pago em 4 de fevereiro de 2022 à sua parte relacionada, extinguindo assim essa obrigação do seu passivo.

Modalidade	Encargos	Vencimento final	2022	2021
Debêntures	CDI + 4,5% a.a.	Out./25	-	125.431
Total			-	125.431
Circulante			-	1.452
Não circulante			-	123.979
Total			-	125.431

A movimentação das debêntures é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	125.431	118.374
Juros e atualização monetária incorridos	1.563	(3.515)
Pagamento de juros	(10.465)	10.572
Pagamento de principal	(116.529)	-
Saldo final	-	125.431

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

16.1. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	2022	2021
<u>Créditos tributários</u>		
Base de cálculo:		
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.152	3.865
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	4.562	229
Provisão para perdas de estoques	2.374	1.776
Provisão de participação nos resultados	20.912	10.902
Provisão de despesas com vendas	11.062	10.760
Provisão para ajuste de inventário do imobilizado	-	934
Taxa de depreciação - diferença contábil e fiscal	11.150	-
Variação não realizada de instrumentos financeiros derivativos	5.018	19.230
Outras	1.357	665
Base de cálculo	58.587	48.361
Imposto de renda e contribuição social diferidos – alíquota	34%	34%
Total de créditos tributários	19.920	16.443

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

	2022	2021
<u>Débitos tributários</u>		
Base de cálculo:		
Juros capitalizados sobre ativo imobilizado	(10.934)	(8.360)
Custo atribuído – “deemed cost”	(29.197)	(39.776)
Outros	(32)	(2.303)
Base de cálculo	(40.163)	(50.439)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – alíquota	34%	34%
Total de débitos tributários	(13.655)	(17.149)
Total de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social, líquido	6.265	(706)

16.2. Expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Companhia, com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, aprovadas por seus acionistas, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente tributáveis e indedutíveis, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Companhia.

Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuros, a Companhia estima realizar o imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 conforme a seguir:

Ativos	R\$
2023	12.274
2024	672
2025	743
2026	1.437
2027	4.794
Total	19.920

16.3. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	87.166	99.806
Alíquota combinada vigente	34%	34%
Impostos calculados à alíquota combinada vigente	(29.636)	(33.934)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Subvenção para investimento (a)	3.677	2.036
Incentivo de inovação tecnológica (Lei 11.196/2005)	1.513	1.691
Juros sobre capital próprio	4.388	2.552
Outros	(1.682)	(794)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(21.740)	(28.449)
Imposto de renda e contribuição social do período:		
Corrente	(28.711)	(24.190)
Diferido	6.971	(4.259)
	(21.740)	(28.449)

Notas Explicativas

- (a) A partir de 2019, com base na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, a Companhia passou a tratar como subvenção para investimento os benefícios fiscais outorgados na forma de crédito presumido/outorgado previsto no Regulamento do ICMS dos estados de São Paulo e Alagoas, concedidos nas operações com produtos alimentícios realizadas por unidades industriais e comerciais. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia fez jus ao montante de R\$3.822 a título de crédito outorgado no estado de São Paulo (R\$1.410 em 31 de dezembro de 2021) e R\$6.993 a título de crédito presumido no estado de Alagoas (R\$4.579 em 31 de dezembro de 2021).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**17.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$111.000 (R\$90.000 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 961.024 (1.000.000 em 31 de dezembro de 2021) de ações ordinárias com direito a voto, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

	2022		2021	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Acionistas controladores	694.777	72,3%	694.777	69,48%
Candyco FIP	266.247	27,7%	305.223	30,52%
Total	<u>961.024</u>	<u>100%</u>	<u>1.000.000</u>	<u>100%</u>

O acordo de acionistas da Companhia prevê que é assegurado à CandyCo determinado retorno mínimo, garantido pelos demais acionistas, sobre o valor total investido na operação com a Companhia, no montante de R\$120.000. Em 31 de dezembro de 2021, o retorno mínimo era igual ao montante do valor do investimento total da CandyCo, ajustado pela variação acumulada e positiva do IGP-M entre a data da operação e a data de saída da CandyCo, multiplicado por um fator de 2,5 vezes ("retorno mínimo original").

Em 3 de fevereiro de 2022, com base em 2º aditamento ao acordo de acionistas firmado entre as partes, do valor do retorno mínimo original apurado até a data do aditamento com base nas regras anteriormente mencionadas, foram deduzidos os valores já pagos pela Companhia pelo resgate das debêntures, pela recompra de parte das ações a seguir mencionada, pelos dividendos e pelos juros sobre capital pagos até a data do aditamento, apurando-se um novo montante de retorno mínimo ("retorno mínimo atualizado"). O retorno mínimo atualizado passa a ser ajustado pela variação positiva do IGP-M entre 1º de janeiro de 2022 e a data de saída da Candyco, exclusivamente no percentual em que a variação acumulada exceder 6%.

O retorno mínimo é garantido pelos demais acionistas (acionistas controladores) quando da saída da Candyco.

Em 28 de janeiro de 2022 foi aprovada em reunião do Conselho da Administração a proposta da Administração da Companhia de aumento de capital de R\$21.000, por meio da capitalização de reserva de lucros de R\$15.011, capitalização de reserva de incentivos fiscais de R\$5.989 e, desta forma, o capital social passou a ser de R\$111.000.

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

Em 3 de fevereiro de 2022 a Companhia aprovou em assembleia geral extraordinária a recompra de 38.976 ações de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de sua emissão e de posse de seu acionista Candyco FIP, pagando pela recompra o valor de R\$45.000, bem como aprovou também o subsequente cancelamento dessas ações contra a redução das reservas de lucros da Companhia. Desta forma, o capital social da Companhia passou a ser de R\$111.000, representado por 961.024 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

17.2. Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade constituiu reserva legal no montante de R\$3.271.

17.3. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia se utiliza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido e de crédito outorgado, com seus impactos no resultado do exercício. A Administração, tendo em vista a publicação da Lei Complementar nº 160/17 e em conformidade com a Lei nº 6.404/76, os destinou como reserva de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo referente a reserva de incentivos fiscais é de R\$10.815 (R\$5.989 em 31 de dezembro de 2021).

17.4. Dividendos e juros sobre capital

O estatuto social determina como dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.

Em 17 de março de 2021 a Administração da Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$7.002, contra redução do saldo da reserva para investimentos existente na data base de 31/12/2020. Ainda em 2021, em 20 de dezembro de 2021, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$7.507, equivalentes ao valor bruto de R\$0,00751 por ação, que se dará pelo valor líquido de R\$0,00638 por ação, deduzindo o Imposto de Renda na Fonte de 15% sobre o valor, exceto para os acionistas que tiverem tributação diferenciada ou que estejam dispensados da referida tributação.

Em 3 de fevereiro de 2022 a Administração da Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos adicionais referentes ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$7.555.

Em 30 de setembro de 2022 a Administração da Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$ 14.000, que foram pagos em 10 de outubro de 2022. Também em reunião do Conselho de Administração de 27 de dezembro de 2022, foi aprovado o pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, no valor de R\$12.905, equivalentes ao valor bruto de R\$0,01343 por ação, que se dará pelo valor líquido de R\$0,01141 por ação, deduzindo o Imposto de Renda na Fonte de 15% sobre o valor, exceto para os acionistas que tiverem tributação diferenciada ou que estejam dispensados da referida tributação.

Notas Explicativas

A movimentação dos dividendos e JCP para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, está demonstrada a seguir:

Movimentação dividendos e JCP	2022		
	Dividendos	JCP	Saldo
Saldo inicial	3.220	6.725	9.945
Dividendos	21.555	-	21.555
JCP	-	12.905	12.905
(-)IR sobre JCP	-	(1.399)	(1.399)
Pagamentos dividendos e JCP	(24.775)	(6.725)	(31.500)
	<u>-</u>	<u>11.506</u>	<u>11.506</u>

Movimentação dividendos e JCP	2021		
	Dividendos	JCP	Saldo
Saldo inicial	14.449	-	14.449
Dividendos	10.223	-	-
JCP	-	7.507	7.507
(-)IR sobre JCP	-	(782)	(782)
Pagamentos dividendos e JCP	(21.452)	-	(21.451)
	<u>3.220</u>	<u>6.275</u>	<u>9.945</u>

17.5. Resultado básico diluído por ação

Calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício, conforme a seguir:

	2022	2021
Lucro líquido atribuível a acionistas	65.426	71.357
Quantidade média de ações	964.548	1.000.000
Resultado básico e diluído por ação (em reais - R\$)	<u>67,80</u>	<u>71,36</u>

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não tinha potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente.

17.6. Outros resultados abrangentes

Efeitos em operações de hedge de fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia constituiu em outros resultados abrangentes, o montante de R\$2.864 referente a perda de valor justo de instrumento financeiro de hedge de fluxo de caixa mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota explicativa nº 22.5).

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as operações de hedge de fluxo de caixa, em 31 de dezembro de 2022, monta a R\$ 1.475 (R\$0 em 31 de dezembro de 2021), e está classificado na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos".

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

<u>Movimentação outros resultados abrangentes</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	-	-
Ganho (perda) em operações de hedge de fluxo de caixa	(4.339)	-
Efeito de tributos diferidos	1.475	-
Saldo final	<u>(2.864)</u>	<u>-</u>

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Mercado interno	1.439.420	1.141.779
Mercado externo	126.128	108.276
Receita bruta	1.565.548	1.250.055
Menos:		
IPI	(30.649)	(33.471)
ICMS	(187.839)	(155.095)
PIS	(19.669)	(15.445)
COFINS	(90.600)	(71.142)
Acordos comerciais	(22.435)	(21.182)
Devoluções de vendas	(22.928)	(13.053)
Receita operacional líquida	<u>1.191.428</u>	<u>940.667</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, dois clientes representam aproximadamente 13% da receita líquida da Companhia.

A receita líquida por categoria de produto e canal de venda da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é apresentada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Snacks doces	588.357	449.928
Snacks de amendoim	374.852	296.467
Snacks de chocolate	221.382	189.695
Outras	6.837	4.577
Receita operacional líquida	<u>1.191.428</u>	<u>940.667</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Varejo	691.963	553.997
Atacado	302.376	239.693
Exportação	126.128	108.622
Outros	70.961	38.355
Receita operacional líquida	<u>1.191.428</u>	<u>940.667</u>

Notas Explicativas**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

	2022	2021
<u>Custos e despesas</u>		
Materiais e embalagens	(545.413)	(442.358)
Gastos com pessoal	(227.114)	(182.119)
Frete e armazenagem	(89.210)	(64.625)
Despesas comerciais	(80.273)	(61.277)
Gastos gerais de fabricação	(56.468)	(35.971)
Depreciação e amortização	(25.699)	(19.834)
Prestação de serviços	(17.561)	(13.587)
Outras despesas, líquidas	(7.138)	(7.752)
Provisão para riscos, imobilizado e créditos de liquidação duvidosa	(2.730)	(1.100)
Total	(1.051.606)	(828.623)
 Representados por:		
Custo dos produtos vendidos	(755.199)	(602.601)
Vendas	(228.979)	(169.682)
Gerais e administrativas	(72.531)	(55.408)
Outras despesas operacionais, líquidas	5.103	(932)
Total	(1.051.606)	(828.623)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
<u>Resultado financeiro</u>		
Juros passivos (a)	(40.651)	(20.987)
(+) Juros sobre ativo imobilizado (b)	3.403	3.699
Derivativos – atualização monetária	(8.613)	-
Derivativos – variação cambial, líquida	(6.532)	1.929
Descontos obtidos/concedidos	(5.502)	(1.142)
Receitas com aplicações financeiras	5.816	1.175
Variação cambial, líquida	1.258	3.349
Outras	(1.835)	(261)
Total resultado financeiro	(52.656)	(12.238)

(a) Incluem juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures.

(b) Conforme nota explicativa nº7

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$5.038 (R\$4.942 em 31 de dezembro de 2021)

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A seguir são apresentados os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros:

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativos financeiros			
<u>Custo amortizado:</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.076	94.678
Contas a receber de clientes	4	151.161	145.286
Outros ativos		12.614	10.830
Aplicações financeiras	3	610	7.047
Total ativo		<u>174.461</u>	<u>257.841</u>
Passivos financeiros			
<u>Custo amortizado:</u>			
Fornecedores	9	123.521	108.750
Empréstimos e financiamentos	10	318.620	180.165
Debêntures com parte relacionada	15	-	125.431
Outros passivos		9.663	12.776
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	17.4.	11.506	9.945
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>			
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)		5.018	-
Total passivo		<u>468.328</u>	<u>437.067</u>

O valor justo da Debênture com parte relacionada era de R\$123.879 em 31 de dezembro de 2021. Os valores justos dos demais instrumentos financeiros se aproximam de seus valores contábeis.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos sendo importante sua avaliação potencial. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

22.1. Risco de capital

A Administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social, as reservas e o ajuste de avaliação patrimonial.

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade e a continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir custo e maximizar os recursos aplicados em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Exposição a riscos cambiais e taxas de juros

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de câmbio e de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas do CDI e IPCA sobre seu saldo de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras em reais (R\$), além das variações no câmbio incidentes também sobre as contas a receber e depósitos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos representados por contas a receber de clientes e depósitos em moeda estrangeira montam R\$3.175 (R\$26.430 em 31 de dezembro de 2021). A análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial está a seguir apresentada:

<u>Variação cambial</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II (-25%)</u>	<u>Cenário III (-50%)</u>
Taxa do US\$ - dólar norte-americano em reais (R\$)		5,2161	3,9121	2,6081
Contas a receber em dólares e depósito em moeda estrangeira	Queda da taxa	3.175	2.381	1.588
Total		3.175	2.381	1.588
Variação (perda)			(794)	(1.588)

Em 31 de dezembro de 2022 existem contratos de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e saldos bancários que estavam expostos a variação de taxa de juros - CDI e IPCA, os quais estão relacionados a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Valores expostos à variação de taxas de juros		
Empréstimos e financiamentos	(318.620)	(180.165)
Debêntures	-	(125.431)
Aplicações financeiras e saldos bancários remunerados	5.912	79.786
Exposição líquida	<u>(312.708)</u>	<u>(225.810)</u>

Para esses itens, a Administração efetuou análise de sensibilidade que considera exposição dos empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras e saldos bancários remunerados às taxas de juros. Com essa finalidade, para os empréstimos e financiamentos com operações de Swaps, a taxa de exposição considerada foi a contratada no Swap.

A tabela a seguir demonstra a projeção de perda incremental que teria sido reconhecida ao resultado do período subsequente, caso a exposição passiva líquida atual fosse estática com seguintes cenários.

<u>Taxa de juros</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI		13,65%	17,06%	20,48%
IPCA		5,90%	7,38%	8,85%
Juros sobre a exposição líquida	Alta da taxa	26.939	33.674	40.408
Variação (perda)			<u>(6.735)</u>	<u>(13.469)</u>

O cenário atual considera: (i) CDI média do fechamento obtida na B3; (ii) IPCA obtida no IBGE; e (iii) taxa de encerramento do dólar norte-americano, conforme cotações obtidas no Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

22.2. Concentração de risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui aproximadamente 7% de seu saldo de contas a receber concentrado em 2 clientes (15% concentrado em dois clientes em 31 de dezembro 2021). Estes clientes possuem risco de crédito avaliado por agências de crédito como AAA.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e, quando possível, aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

22.3. Valor contábil e valor justo dos investimentos financeiros

A determinação do valor justo ("fair value") dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de apreçamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes menos as perdas ("impairment") e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, especialmente considerando prazo e natureza.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia.

22.4. Risco de liquidez

É monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos contratuais de amortização. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal, sendo que o vencimento contratual se baseia na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	2022					Saldo
	2023	2024	2025	2026	2027	
Empréstimos e financiamentos	37.907	48.552	38.084	150.265	124.754	399.562
Fornecedores	123.521	-	-	-	-	123.521
Dividendos e JCP a pagar	11.506	-	-	-	-	11.506
Parcelamentos fiscais e previdenciários	5.904	638	-	-	-	6.542
Total	<u>178.838</u>	<u>49.190</u>	<u>38.084</u>	<u>150.526</u>	<u>124.754</u>	<u>541.131</u>

Notas Explicativas

Modalidade	2021				Saldo
	2022	2023	2024	2025 a 2026	
Empréstimos e financiamentos	112.127	26.582	35.256	47.498	221.463
Fornecedores	108.750	-	-	-	108.750
Debêntures com parte relacionada	7.052	8.570	8.945	182.805	207.372
Dividendos e JCP a pagar	9.945	-	-	-	9.945
Parcelamentos fiscais e previdenciários	5.281	5.020	526	-	10.827
Total	<u>243.155</u>	<u>40.172</u>	<u>44.727</u>	<u>230.303</u>	<u>558.357</u>

22.5. Instrumentos financeiros derivativos

As operações da Companhia estão expostas principalmente aos riscos financeiros de variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. Para proteção dos riscos de variações cambiais e taxas de juros, quando necessário, são utilizadas operações de instrumentos financeiros derivativos

(a) Hedge de fluxo de caixa mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido e no momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ajustados no item objeto de hedge sensibilizando o resultado no momento da realização do item protegido.

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos de operações com swap para proteger suas exposições ao risco de variação de índice de preço. Além disso, possui operações de compra de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), com o objetivo exclusivo de proteção ao risco de variação cambial nas operações de aquisição de insumos.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como hedge de fluxo de caixa, em que são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e, no momento de sua liquidação, os ganhos e perdas acumulados são ajustados no item objeto de hedge, sensibilizando o resultado no momento da realização do item protegido. Em caso de parcela ineficaz na relação de proteção, essa é reclassificada para o resultado financeiro.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade. A administração desses instrumentos se dá por meio de estratégias operacionais, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança, e segue políticas de controle internas da Companhia

Em 31 de dezembro de 2022 para minimizar sua exposição aos riscos de taxas de juros, a Companhia utilizava de contrato de Swap para proteção de empréstimo e financiamentos, em que na ponta ativa recebe IPCA + 6,20% a.a., e na ponta passiva paga CDI + 1,10% a.a. Os valores de referência totalizavam R\$ 200.000, e um valor justo bruto a pagar em 31 de dezembro de 2022 R\$ 5.018.

Notas Explicativas

Dori Alimentos S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, não houve parcela inefetiva reconhecida no resultado, referente ao hedge mencionado

Proteção da dívida	Moeda	Valor nocional		Valor justo	
		2022	2021	2022	2021
<u>Ativo</u>					
Swap IPCA + 6,20% a.a.	BRL	200.000	-	207.646	-
<u>Passivo</u>					
Swap CDI + 1,10% a.a.	BRL	(200.000)	-	(212.664)	-
Total		-	-	(5.018)	-

O quadro a seguir demonstra o resumo da estrutura de hedge de risco de taxa de juros:

Item objeto de hedge	2022					
	Vencimento	Valor principal	Instrumento de hedge	Valor justo		Efetividade
				Objeto de hedge	Instrumento de hedge	
Capital de giro – Debênture	Abr./27	R\$ 200.000	Swap	208.711	207.646	99%

23. COMPROMISSOS

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia ratificou compromissos de compra de açúcar para entrega futura, a preço fixo em reais, com entregas mensais médias em suas unidades produtivas conforme a seguir:

Data contrato	Entrega média mensal (tons.)	Início das entregas	Previsão de término	Total de entregas (tons.)
Ago./2022	1.206	Jan/2023	Mai./2024	20.500
Set./2022	1.524	Jan./2023	Mai./2024	25.908
Set./2022	254	Out./2022	Set./2023	3.053
	<u>2.984</u>			<u>49.461</u>

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de seguros que leva em conta principalmente a concentração dos riscos e sua relevância, fornecendo um nível de cobertura considerado suficiente de acordo com o tipo de atividade e orientação de seus corretores de seguros. As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, são assim demonstradas:

Coberturas	2022	2021
<u>Multirrisco - estoque e imobilizado:</u>		
Danos Materiais	280.000	200.000
Lucros cessantes	120.000	150.000
Bens em poder de terceiros	5.000	5.000
Danos elétricos	3.000	3.000

Notas Explicativas

Coberturas	2022	2021
<u>Responsabilidade civil:</u>		
Administradores e diretores	50.000	20.000
Geral	5.000	5.000

Os seguros da Companhia têm seus vencimentos em novembro de 2023.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 26 de janeiro de 2023 foi aprovado em reunião do conselho de Administração a captação de empréstimo no montante de R\$30.000, com vencimento em 5 anos e juros remuneratórios à taxa CDI+1,89% a.a.

Também, em 13 de fevereiro de 2023 em reunião do conselho de Administração, foi aprovado a captação de empréstimo no montante de USD\$5.000, com vencimento em 4 anos e juros remuneratórios à taxa CDI+1,85% a.a., com full swap para reais. Por meio dessa captação, a Companhia quitou em 28 de fevereiro, de forma antecipada, o montante de R\$13.704 referente a contrato de CCB que teria vencimento em dezembro de 2024 e que era remunerado a CDI+2,25% a.a

Em 6 de março de 2023 foi aprovado em reunião do conselho de Administração a distribuição de dividendos adicionais referentes ao lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$4.033.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pelos acionistas da Companhia e autorizadas para emissão e divulgação em 06 de março de 2023.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Dori Alimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Dori Alimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dori Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas

Por que é um PAA

Conforme descrito nas notas explicativas nº2.20 e nº 18 às demonstrações financeiras, a Companhia e atuam no segmento alimentício, especificamente na industrialização e comercialização de produtos de "snacks", e atende os mercados de varejo, atacado e exportação e sua receita decorre substancialmente desta atividade. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do valor envolvido, volume de transações e dos respectivos controles internos envolvidos no processo de reconhecimento da receita do Grupo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Para responder a este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros:

- (a) Avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados a receita de vendas;
- (b) Envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para reconhecimento de receita;
- (c) Teste, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto e;
- (d) Avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

No decorrer de nossa auditoria foram identificadas deficiências nos controles internos relacionados ao ambiente informatizado utilizado para reconhecimento de receita, que alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados.

Adicionalmente, o ajuste no período de reconhecimento da receita foi mensurado pela Administração e considerado imaterial para registro.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita da Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 06 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Renato Foganholi Asam
Contador
CRC nº 1 SP 264889/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**PARECERES E DECLARAÇÕES - DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da DORI ALIMENTOS S.A., sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 52.123.916/0001-32, com sede no município de Marília, estado de São Paulo, na Av. República, 5159, Distrito Industrial Santo Barion, CEP 17.512-035 ("Companhia"), declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Marília, 06 de março de 2023.

Pedro Lobo da Silva
Diretor Presidente

Ronald Domingues
Diretor de RI, Administrativo, Financeiro e de Controladoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

PARECERES E DECLARAÇÕES - DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em cumprimento aos incisos V e VI do artigo 25, da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da DORI ALIMENTOS S.A., sociedade por ações, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 52.123.916/0001-32, com sede no município de Marília, estado de São Paulo, na Av. República, 5159, Distrito Industrial Santo Barion, CEP 17.512-035 ("Companhia"), declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Marília, 06 de março de 2023.

Pedro Lobo da Silva
Diretor Presidente

Ronald Domingues
Diretor de RI, Administrativo, Financeiro e de Controladoria